

GESTÃO DE GASTOS DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR PARA MELHORAR O SEU DESEMPENHO

Daniela Martinelli¹
Lauri Aloisio Heckler²

RESUMO

O presente estudo tem por finalidade demonstrar a importância de realizar controle e gestão de gastos na pequena propriedade rural, sendo pouco utilizado neste meio. Com base nisso, realizou-se um estudo de caso na propriedade do Sr. Bruno Luiz Martinelli, localizada no interior do município de Tucunduva-RS. Buscando responder o seguinte questionamento: De que forma a gestão de gastos poderá auxiliar o produtor rural a obter melhor rendimento com a cultura de soja (safra e safrinha)?. Em vista do questionamento, realizou-se uma análise dos gastos relativos à cultura, a qual se deu por meio de coleta de dados, obtidos mediante entrevistas com o produtor e em informações disponíveis nas anotações e documentos fiscais. Para tabular os dados levantados utilizou-se planilhas eletrônicas. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2017, abrangendo o período de outubro de 2016 a maio de 2017. A metodologia empregada ao estudo caracterizou-se como aplicada, do tipo quali-quantitativo, exploratório, descritivo, bibliográfico, documental e estudo de caso. Para a realização do estudo foram necessários conhecimentos sobre Contabilidade, Contabilidade de Custos e Atividade Rural. Os resultados obtidos indicam que a propriedade está tendo retornos positivos em relação à cultura, no entanto o período da safrinha gerou resultado negativo, merecendo uma atenção especial.

Palavras-chave: Gestão - Propriedade Rural - Cultura de Soja.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to demonstrate the importance of controlling and managing small expenditures on small rural property being little used in this environment. Based on this, a case study was carried out on the property of Mr. Bruno Luiz Martinelli, located in the countryside in the municipality of Tucunduva-RS. Searching to answer the following question: how can an expense management assist rural producer to obtain better yields with a soybean crop (crop and small crop)? Considering the questioning an analysis of the expenses related to the culture was executed, which was done through data collection, obtained through interviews with the producer and based on information available in the annotations and fiscal documents. In order to tabulate the data collected, we used electronic spreadsheets. The survey was conducted in the second semester of 2017, covering the period from October 2016 to May 2017. The methodology used in the study was characterized as

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis. 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. danymrtnll@hotmail.com

² Mestre pela Universidade Regional Integrada (URI), Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis da FEMA em Santa Rosa. lheckler@bol.com.br

applied, of the qualitative-quantitative type, exploratory, descriptive, bibliographic, documentary and case study. To the accomplishment of the study it was necessary knowledge on Accounting, Cost Accounting and Rural Activity. The obtained results indicate that the property is having positive returns in relation to the crop, however the period of the small crop generated negative result, meriting special attention.

Key words: Management – Rural Property – Soya Culture.

INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico e as constantes incertezas quanto ao futuro, tornam cada vez mais indispensável à apuração e análise dos gastos relacionados ao negócio. Sendo estas informações essenciais para a tomada de decisão com relação a como investir e no que investir. Onde uma decisão equivocada poderia resultar na diminuição dos resultados ou até mesmo implicar no insucesso do negócio.

Não sendo diferente, na atividade rural, também é preciso estar atento às mudanças e adequar-se a elas. Onde manter-se ativo no mercado está cada vez mais difícil, principalmente no caso dos pequenos produtores rurais, devido aos preços baixos dos produtos ofertados e alto custo para produzi-los. Em vista disso, será realizado um estudo de caso em uma pequena propriedade rural familiar, localizada no interior do município de Tucunduva-RS. O mesmo se dará no segundo semestre de 2017, onde será abordado a produção de soja (safra e safrinha) do período entre outubro de 2016 a maio de 2017.

O objetivo principal do presente estudo consiste em analisar os gastos com a produção de soja, buscando verificar se a propriedade está tendo retornos com a cultura. Inicialmente serão estudadas as atividades desenvolvidas na propriedade. Posteriormente será realizado o mapeamento da produção de soja visando identificar o gasto médio por hectare produzido, o qual se dará por meio do desenvolvimento de uma planilha eletrônica, onde serão tabulados os dados levantados.

Em vista disso, o estudo configura-se de grande valia e indispensável, devido às informações que serão geradas, possibilitando uma visualização amplificada dos resultados, bem como o detalhamento dos gastos. Permitindo identificar se há necessidade ou não em fazer correções, a fim de evitar investimentos desnecessários. Possibilitando melhor controle e planejamento dos investimentos.

Quanto à metodologia empregada no estudo, a pesquisa será categorizada como aplicada, pois busca uma solução na teoria do problema identificado. Em relação à natureza será do tipo quali-quantitativo, havendo o levantamento de dados e interpretação destes.

Em relação aos objetivos classifica-se como pesquisa exploratória e pesquisa descritiva, por possibilitar colocar em prática a teoria, e descrever o processo do plantio. Por fim classifica-se como pesquisa documental, onde serão utilizadas anotações, notas fiscais e projetos. O estudo será realizado mediante estudo de caso, no qual serão realizadas entrevistas despadronizadas com o proprietário. Os dados coletados serão tabulados em uma planilha eletrônica para posterior análise.

O presente artigo encontra-se dividido em quatro seções, estando inicialmente estruturado em resumo e introdução. Contendo na primeira seção o referencial teórico. Na sequência a metodologia. Na terceira seção a análise dos resultados. Na quarta seção sugestões de melhoria. Finalizando-se em conclusão e referências.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão abordados temas relevantes para a realização deste artigo, dentre eles a contabilidade, contabilidade de custos, métodos de custeio, análise CVL (Custo, Volume e Lucro) e atividade rural. O embasamento teórico para tal se dará em cima de teorias escritas por outros autores.

1.1 CONTABILIDADE GERAL

A contabilidade existe desde o início da civilização, surgindo da necessidade dos registros no comércio. É utilizada para registrar e controlar os bens, direitos e obrigações tanto da pessoa física como jurídica. Marion a define como “[...] um instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa.” (MARION, 2009, p.28).

De acordo com Araújo e Assaf, é “[...] um sistema de informação capaz de orientar os donos ou acionistas de uma empresa a tomarem decisões apoiados em números que idealizem a situação financeira e patrimonial do negócio.” (ARAÚJO; ASSAF, 2004, p.13).

Tem por objetivo “[...] permitir o estudo, o controle e a apuração de Resultados diante de fatos decorrentes da gestão do Patrimônio das entidades econômico-administrativas.” (RIBEIRO, 2009, p.3). Szuster et al destaca, que “É por meio dos relatórios elaborados com base no sistema de informações contábeis que administradores decidem quanto ao preço a ser praticado, ao mix de produtos a ser vendidos e a tecnologia a ser utilizada.” (SZUSTER et al, 2013, p.8).

As informações contidas nestes relatórios e demonstrativos contábeis são utilizadas por diversos usuários. Segundo Greco e Arend fazem uso destas informações os sócios, investidores, acionistas da empresa, administradores, diretores, executivos, governo e pessoas ou empresas que emprestam dinheiro (GRECO; AREND, 2013).

Como em qualquer outro ramo, na contabilidade também há regras básicas a serem seguidas para a execução do sistema contábil, conhecidas como princípios da contabilidade. “Os Princípios da Contabilidade são as normas que proporcionam interpretação uniforme das demonstrações contábeis.” (GRECO; AREND, 2013, p.9). Sá destacam que existem 7 princípios contábeis, dentre eles, o Princípio da Entidade, o Princípio da Continuidade, o Princípio da Oportunidade, o Princípio do Registro pelo Valor Original, o Princípio da Atualização Monetária, o Princípio da Competência e por fim o Princípio da Prudência (SÁ, 2007).

A área da contabilidade é bastante abrangente, podendo estar direcionada a diversos ramos, sendo aplicada de forma geral ou específica a uma área, como por exemplo, área comercial, área industrial, área agrícola, área de custos dentre outras (MARION, 2009).

1.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos é essencial e de extrema importância aos que possuem um empreendimento, pois através desta tem-se a ideia do retorno que a atividade está tendo, a qual é “[...] utilizada para identificar, mensurar e informar os custos dos produtos e ou/serviços. Ela tem a função de gerar informações precisas e rápidas para a administração, para a tomada de decisões.” (CREPALDI, 2010, p.2).

Conforme Bado e Milani a contabilidade de custos volta-se aos “[...] registros e a análise do ciclo interno da empresa, alocando os diversos elementos aos produtos, serviços ou locais que os geraram e apurando, ao final do ciclo, o valor de

custos dos produtos ou serviços resultantes destas atividades.” (BADO; MILANI, 2008, p.85). Tais informações possibilitam verificar separadamente, o valor gasto para produzir cada produto e visualizar o retorno gerando por este.

A contabilidade de custos divide-se em financeira e gerencial, as quais apresentam diferenças entre si. De acordo com Bruni a contabilidade financeira é obrigatória a qual está mais preocupada em registrar fatos que já aconteceram pertinentes ao patrimônio da empresa, seguindo as leis, normas e padrões. Já a contabilidade gerencial destina-se ao levantamento de informações consideradas relevantes que auxiliem o gestor do negócio na tomada de decisão (BRUNI, 2008).

Ao tratar do tema classificação dos custos, Ribeiro destaca que é preciso ter um certo cuidado com a forma que estes serão classificados, pois o custo irá variar dependendo da atividade que está sendo avaliada (RIBEIRO, 2009). Ribeiro cita alguns exemplos referentes a custo, onde

[...] em uma empresa comercial, pode ser utilizada para representar o custo das compras de mercadoria, o custo das mercadorias disponíveis para venda, o custo das mercadorias vendidas etc.; em uma empresa de prestação de serviço, pode ser utilizada para representar o custo dos materiais adquiridos para aplicação na prestação de serviço, o custo dos serviços prestados etc.; em uma empresa industrial, pode ser utilizada para representar o custo das compras das matérias prima , o custo das matérias primas disponíveis, o custo das matérias primas aplicadas no processo de fabricação, o custo direto de fabricação, o custo indireto de fabricação, o custo da produção acabada no período, o custo dos produtos vendidos, etc. (RIBEIRO, 2009, p.23).

Portanto um gasto para uma empresa representa o valor desembolsado a fim de atingir um objetivo. Segundo Bado e Milani é um “[...] desembolso á vista ou a prazo para obtenção de bens e serviços, independentemente da sua destinação dentro da empresa, operacional ou não, patrimonial ou resultado.” (BADO; MILANI, 2008, p.86). Quanto ao desembolso ser a vista ou a prazo Ribeiro aponta que:

Quando por exemplo, no momento a obtenção do bem ocorre o respectivo pagamento, dizemos que o gasto foi pago a vista, pois houve desembolso de numerário no momento da sua consumação. Se, no entanto, no momento da compra não ocorre pagamento, o qual deve ser feito posteriormente, dizemos que o gasto ocorreu para ser pago a prazo, pois não houver desembolso de numerário no momento da compra. (RIBEIRO, 2009, p.24).

Ainda conforme Ribeiro “toda vez que a empresa industrial pretenda obter bens – seja para uso, troca, transformação ou consumo – ou utilizar algum tipo de

serviço, ela efetua um gasto.” (RIBEIRO, 2009, p.24). Os gastos são divididos em gastos fixos, gastos variáveis, gastos semifixos e semivariáveis.

Para Beulke e Bertó um gasto fixo tem como “[...] característica de se manter inalterados face ao volume de atividade, dentro de certos limites de capacidade, ou seja, não se modificam em razão do crescimento ou da retração do volume dos negócios dentro desses limites”. (BEULKE; BERTÓ, 2006, p.23)

Neste contexto, Bruni destaca que “A análise dos gastos fixos unitários permite uma curiosa constatação: à medida que os volumes de produção aumentam, os gastos fixos unitários são reduzidos.” (BRUNI, 2008, p.75). Já os gastos variáveis “[...] constituem valores que se modificam em relação direta com o volume vendido.” (BEULKE; BERTÓ, 2006, p.23).

Além desta classificação podem ainda ser classificados em semifixos e semivariáveis. Onde os semifixos “[...] são aqueles que permanecem constantes dentro de certos intervalos, alterando-se em degraus até atingir um novo patamar de atividade.” (WERNKE, 2008, p.14). Já os semivariáveis “[...] são aqueles que variam em função do volume de produção ou de venda, mas não exatamente nas mesmas proporções.” (WERNKE, 2008, p.14).

Os gastos de uma empresa são classificados em custos, despesas e investimento, dependendo a finalidade a qual são empregados. Desta forma, os “custos compreendem os gastos com a obtenção de bens e serviços aplicados na atividade fim da empresa, utilizado na transformação da riqueza tendo benefício imediato.” (BADO; MILANI, 2008, p.86). Neste contexto, Bruni aponta que os custos

[...] estão associados aos produtos ou serviços produzidos pela entidade. São consumidos pelos estoques. Como exemplos de custos podem ser citados os gastos com matéria prima, embalagens, mão de obra fabril, alugueis e seguros de instalações fabris, etc. (BRUNI, 2008, p.41).

Os custos são classificados em custos diretos e custos indiretos, onde os custos diretos são aqueles que são direcionados os produtos, possibilitando saber a qual produto pertence, não havendo a necessidade de rateio. De acordo com Bado e Milani os custos indiretos são “[...] custos de insumos aplicados aos produtos nos quais são dimensionados monetariamente e a eles apropriados. Essa apropriação pode ser direta (sem rateio), bastando que exista uma medida de consumo, como quilogramas, horas-máquina, etc.” (BADO; MILANI, 2008, p.87).

Quanto à apropriação dos custos indiretos aos produtos, não é possível fazer a associação a que produtos pertencem, sendo necessário fazer rateio, onde será dividido conforme as bases ou critérios de rateio estipulados. Conforme Bado e Milani os custos indiretos

Para serem incorporados aos produtos obedecem a uma mecânica de apropriação, ou seja, necessitam da utilização de algum critério de rateio. São componentes que têm sua identificação ao produto ou não existe de forma direta, mas devem ser alocados aos produtos pois são gastos relacionados a atividade fim da empresa. Utilizam-se índices ou outra mecânica, de forma, cujo critério varia caso a caso. Exemplos: aluguel de fabrica, depreciação. (BADO; MILANI, 2008, p.88).

As despesas não estão relacionadas a produção, ou seja, são desembolsos após a finalização do produto. Estando estas relacionadas a parte de administração e a de vendas. De acordo com Bruni

As despesas correspondem aos bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas. São consumos temporais e não estão associados à produção de um produto ou serviço. Como exemplos de despesas podem ser citados gastos com salários de vendedores, gastos com funcionários administrativos etc. (BRUNI, 2008, p.41).

Outra classificação dos gastos é o investimento, que são “[...] gastos que se destinam à obtenção de bens de uso da empresa (computadores, móveis, máquinas, ferramentas, veículos, etc.) ou a aplicações de caráter permanente (compra de ações de outras empresas de imóveis, de ouro, etc.)” (RIBEIRO, 2009, p.24). “Alguns gastos podem ser temporariamente classificados como investimentos, e, à medida que forem consumidos, receberão a classificação de custos ou despesas.” (BRUNI, 2008, p.40).

Para analisar de forma mais adequada os gastos de uma empresa faz-se uso da análise CVL (Custo, Volume e Lucro.), havendo a associação da quantidade produzida, dos gastos, e do lucro obtido.

1.2.1 Métodos de Custeio

Métodos de custeio é uma ferramenta utilizada na área da contabilidade de custos para levantar e apropriar os custos ao produto. Berti os define como uma “[...] forma ou maneira utilizada para se calcular o custo de um produto ou serviço. Vários

são os métodos de custeio da contabilidade de custos. Cada método tem sua finalidade e seus objetivos específicos.” (BERTI, 2008, p.59). Megliorini enfatiza que estes “[...] têm a função de determinar o modo como serão atribuídos os custos aos produtos.” (MEGLIORINI, 2012, p.9). Dentre os métodos de custeio pode-se citar: Custeio por Absorção, Custeio Variável e Custeio ABC.

O Método de Custeio por Absorção é único aceito pela legislação. De acordo com Berti, este método “[...] consiste em apurar o custo de bens, atribuindo-se integralmente a cada unidade produzida os custos diretos e indiretos, fixos ou variáveis ocorridos no processo de produção.” (BERTI, 2008, p.60). Segundo Viceconti e Neves o “[...] custo é absorvido quando for atribuído a um produto ou unidade de produção, assim cada unidade ou produto receberá sua parcela no custo até que o valor aplicado seja totalmente absorvido pelo custo dos produtos vendidos ou pelos estoques finais.” (VICECONTI; NEVES, 2013, p.33).

No Método de Custeio Variável, os custos fixos são tratados de forma diferente que no Método de Custeio por Absorção. Este método consiste segundo Megliorini na “[...] apropriação aos produtos somente os custos variáveis, sejam eles diretos ou indiretos.” (MEGLIORINI, 2012, p.50). De acordo com Viceconti e Neves “Os custos fixos, pelo fato de existirem mesmo que não haja produção, não são considerados como custos de produção e sim como despesas, sendo encerrados diretamente contra o resultado do período.” (VICECONTI; NEVES, 2013, p.131). Megliorini destaca ainda que “Pelo método de custeio variável, obtém-se a margem de contribuição de cada produto, linha de produtos, cliente, etc.” (MEGLIORINI, 2012, p.50).

Já o Método de Custeio ABC, de acordo com Berti “[...] é um método de custeio que visa dar um tratamento nos custos indiretos tendo como base as atividades da empresa, independente de sua relação com o volume.” (BERTI, 2008, p.73). Sendo por meio deste método, primeiramente distribuído os custos as atividades para posteriormente aloca-los aos produtos.

1.2.2 Analise CVL

A análise CVL (Custo Volume e Lucro) é uma ferramenta muito importante para as empresas, a qual é utilizada para verificar a alteração que uma mudança no processo produtivo causaria no resultado final. Buscando desta forma visualizar

quais são os produtos que geram mais rentabilidade e quais geram menos rentabilidade a empresa.

De acordo com Wernke “[...] são modelos que visam demonstrar, de forma gráfica ou matemática, as inter-relações existentes entre as vendas, os custos (fixos e variáveis), o nível de atividade desenvolvido e o lucro alcançado ou desejado.” (WERNKE, 2008, p.41).

Bruni destaca que quando os gastos são analisados por unidades há algumas alterações (BRUNI, 2008). “[...] Gastos fixos unitários tornam-se inversamente proporcionais aos volumes de produção e vendas, enquanto gastos variáveis unitários tornam-se fixos no curto prazo.” (BRUNI, 2008, p.85).

Conforme Silva “A técnica de análise custo/volume/lucro relaciona a estrutura de custos ao volume de vendas e lucratividade. Esta ferramenta engloba os conceitos de margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança.” (SILVA, 2010, p.48).

Dentre os indicadores utilizados para analisar o custo volume e lucro, pode-se citar o ponto de equilíbrio, a margem de segurança e grau de alavancagem. O ponto de equilíbrio refere-se ao valor ou volume, que ao ser atingido, não irá gerar nem prejuízo e nem lucro para a empresa, cobrindo desta forma todos os gastos. Ribeiro destaca que

Quando a empresa trabalha como volume de vendas abaixo do ponto de equilíbrio, significa que não está conseguindo cobrir os seus custos totais. Nesse caso, tecnicamente, dizemos que a empresa se encontra no campo de prejuízo; quando seu volume de vendas supera o estágio do ponto de equilíbrio, está no campo do lucro. (RIBEIRO, 2009, p.477).

De acordo com Ribeiro ha três tipos de pontos de equilíbrio, o ponto de equilíbrio contábil o qual representa o estágio, onde a receita irá cobrir todos os gastos, não sendo gerado nem lucro nem prejuízo. Há também o ponto de equilíbrio econômico o qual, mostra quanto a empresa deverá vender, para poder cobrir os custos e despesas e ainda trazer retorno aos investidores ou proprietários. Por fim o ponto de equilíbrio financeiro, o qual ao ser calculado não é levado em consideração a depreciação, sendo considerada no calculo o que realmente a empresa desembolsou (RIBEIRO, 2009).

O indicador margem de segurança “[...] apresenta o quanto a empresa pode perder em vendas, expressas em quantidade ou unidades monetárias, sem

ultrapassar para baixo o ponto de equilíbrio.” (BRUNI, 2008, p.93). Já o indicador grau de alavancagem refere-se a “[...] ao índice que relaciona o aumento percentual nos lucros com o aumento percentual na quantidade vendida em determinado nível de atividade.” (CREPALDI, 2010, p.252).

Silva reforça a importância de se fazer este tipo de análise na empresa, onde segundo ele “[...] o instrumental de análise CVL fornece ao gestor informações relevantes que contribuem para o processo decisório quanto à administração de preços, diminuição de custos e maximização dos lucros.” (SILVA, 2010, p.48)

1.3 ATIVIDADE RURAL

Ao tratar do tema atividade rural, é preciso ter certo cuidado, sendo que para ser considerada desta forma os produtos não deverão sofrer transformações, sendo mantidas suas características. De acordo com o art. 249 da IN RFB nº 1700/2017, se enquadram como atividade rural:

I - agricultura; II - pecuária; III - extração e exploração vegetal e animal; IV - exploração de atividades zootécnicas, tais como apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura e outras culturas animais; V - cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização; VI - venda de rebanho de renda, reprodutores ou matrizes; VII - transformação de produtos decorrentes da atividade rural, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, feita pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada. (BRASIL, 2017).

Já as atividades que não se configuram como rurais são aquelas em que há a transformações dos produtos modificando suas características iniciais, que geram receitas provenientes de alugueis ou ganhos de prêmios em competições. Segundo o art. 250 da IN RFB nº 1700/2017, não se considera atividade rural:

I - a industrialização de produtos, tais como bebidas alcoólicas em geral, óleos essenciais, arroz beneficiado em máquinas industriais e fabricação de vinho com uvas ou frutas; II - a comercialização de produtos rurais de terceiros e a compra e venda de rebanho com permanência em poder da pessoa jurídica rural em prazo inferior a 52 (cinquenta e dois) dias, quando em regime de confinamento, ou 138 (cento e trinta e oito) dias, nos demais casos; III - o beneficiamento ou a industrialização de pescado in natura; IV - o ganho auferido pela pessoa jurídica rural proprietária de rebanho, entregue, mediante contrato por escrito, à outra parte contratante (simples possuidora do rebanho) para o fim específico de procriação, ainda que o

rendimento seja predeterminado em número de animais; V - as receitas provenientes do aluguel ou arrendamento de máquinas, equipamentos agrícolas e pastagens, e da prestação de serviços em geral, inclusive a de transporte de produtos de terceiros; VI - as receitas decorrentes da venda de recursos minerais extraídos de propriedade rural, tais como metal nobre, pedras preciosas, areia, aterro e pedreiras; VII - as receitas financeiras de aplicações de recursos no período compreendido entre 2 (dois) ciclos de produção; VIII - os valores dos prêmios ganhos a qualquer título pelos animais que participarem em concursos, competições, feiras e exposições; IX - os prêmios recebidos de entidades promotoras de competições hípcas pelos proprietários, criadores e profissionais do turfe; X - as receitas oriundas da exploração do turismo rural e de hotel fazenda. (BRASIL, 2017).

Dentre as diversas atividades rurais citadas, destaca-se a agricultura que “[...] representa toda a atividade de exploração da terra, seja ela o cultivo de lavouras e florestas ou a criação de animais, com vistas à obtenção de produtos que venham a satisfazer às necessidades humanas.” (CREPALDI, 2012, p.1).

Seu destaque se dá a grande importância que apresenta para um país, pois é responsável pela produção de alimentos e distribuição destes no mercado. Segundo “[...] o novo relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) "Estado da Alimentação e da Agricultura", a agricultura familiar tem capacidade para colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável.” (PORTAL DO BRASIL, 2014).

A agricultura como qualquer outro setor segundo Crepaldi também foi se modernizando, exigindo do produtor rural cada vez mais investimento para se adequar as exigências do mercado, sendo necessário ter conhecimento mais aprofundado da atividade desempenhada, das condições de mercado para o produto, a fim de tomar melhores decisões do que produzir e como produzir (CREPALDI, 2012). De acordo com o Instituto Nacional de Seguro Social produtor rural é

[...] pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos. (INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL, 2007, p.23).

Busch e Rodrigues apontam que o produtor rural pessoa física pode ser “[...] proprietário ou não, que explore atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente, em área superior a 4 módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 módulos fiscais ou atividade pesqueira ou extrativista.” (BUSCH;

RODRIGUES, 2015, p.40). Já o produtor rural pessoa jurídica conforme Marion refere-se

[...] a união de indivíduos que, por meio de um trato reconhecido por lei formam uma nova pessoa, com personalidade distinta da de seus membros. As pessoas jurídicas podem ter fins lucrativos (empresas industriais, comerciais etc.) ou não (cooperativas, associações culturais, religiosas etc.). Normalmente as pessoas jurídicas denominam-se empresas. (MARION, 2009, p.5).

Segundo esta linha de pensamento, o produtor rural ao constituir uma empresa individual ou uma sociedade empresária terá que administrar de forma eficiente seu negócio, a fim de controlar bem os seus gastos e retornos e ainda obedecer às exigências fiscais e contábeis, tornando-se necessário utilizar-se a contabilidade rural.

Segundo Crepaldi apesar da importância que a contabilidade rural tem aos empresários rurais, ela ainda é muito pouco utilizada por estes. Isso se deve ao produtor rural não visualizar que está é uma importante ferramenta para o crescimento e desenvolvimento do seu negócio. Sendo que em muitos casos é utilizada somente a fim de obedecer as obrigações fiscais e contábeis impostas, não se dando por conta que poderia ser uma importante aliada para a gestão do negócio (CREPALDI, 2012).

A contabilidade rural é muito diferente da contabilidade das empresas, a qual apresenta determinadas peculiaridades, sendo uma delas quanto ao ano de encerramento do exercício. Conforme destaca Marion na atividade agropecuária é obedecido o ciclo da cultura mais predominante na lavoura. Este ciclo envolve desde a preparação da terra, o plantio e a colheita, onde a receita geralmente ocorre após a colheita (MARION, 2009). Outro ponto a ser destacado é quanto ao tipo de cultura, existindo as culturas temporárias, e as culturas permanentes. De acordo com Crepaldi

A diferença básica entre as duas culturas é que as temporárias estão sujeitas ao replantio e que são colhidas, arrancadas da terra, possuem vida curta, não superior a um ano; enquanto as permanentes estão vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita, sendo fator de produção da empresa por diversos anos. (CREPALDI, 2012, p.96).

Como exemplo de culturas temporárias pode-se citar “[...] soja, milho arroz, feijão, batata, legumes, etc.” (MARION, 2009, p.15). Já como culturas permanentes

pode-se citar como exemplo “[...] cana de açúcar, citricultura (laranjeira, limoeiro...), cafeicultura (essências florestais, plantações arbóreas), oleicultura (oliveira) praticamente todas as frutas arbóreas (maça, pera, jaca, jabuticaba, goiaba, uva...)” (MARION, 2009, p.16).

De acordo com Crepaldi essa diferenciação entre culturas temporária e culturas permanentes é muito importante para o momento da classificação dos custos, evitando que sejam classificados de forma incorreta (CREPALDI, 2012).

Os bens originários de culturas temporárias e permanentes devem ser avaliados pelo seu valor original, por todos os custos integrantes do ciclo operacional, na medida de sua formação incluindo os custos imputáveis, direta ou indiretamente ao produto, tais como sementes, irrigações, adubos, fungicidas, herbicidas, inseticidas, mão de obra e encargos sociais, combustíveis, energia elétrica, secagens, depreciação de prédios, máquinas e equipamentos e terras, seguros, serviços de terceiros, fretes e outros. (CREPALDI, 2012, p.96).

Em relação ao o que é considerado gasto na contabilidade rural, ha uma grande diferença em relação ao investimento onde este é classificado diferentemente do que nas empresas, sendo considerado como um gasto da atividade agrícola. Quanto aos gastos Marion aponta uma distinção entre os mesmos, classificando-os em custos e despesa, onde os custos da cultura são

[...] todos os gastos identificáveis direta ou indiretamente com a cultura (ou produto), como sementes, adubos, mão de obra (direta ou indiretamente), combustível, depreciação de máquinas e equipamentos utilizados na cultura, serviços agrônomos e topógrafos etc. Como despesa do período entende-se todos os gastos não identificáveis com a cultura, não sendo, portanto, acumulados no estoque (culturas temporárias), mas apropriados como despesa do período. São despesas de vendas (propaganda, comissão de vendedores), despesas administrativas (honorários dos diretores, pessoal do escritório) e despesas financeiras (juros, taxas, bancárias). (MARION, 2009, p.15).

Quanto a tipologia custos e despesas Crepaldi aponta que “[...] um gasto é considerado despesa se ele afeta diretamente o resultado do exercício. Se considerado custo, só afetará o resultado a parcela do gasto que correspondem aos produtos vendidos.” (CREPALDI, 2012, p.102).

Outra classificação nos termos contábeis apontada por Crepaldi é com relação as perdas as quais podem ser [...] um gasto não intencional decorrente de fatores externos fortuitos ou da atividade produtiva normal da Empresa Rural (CREPALDI, 2012, p.102).

Diante deste contexto fica evidente a diferenciação que há entre a contabilidade rural, e a contabilidade dos demais ramos de atividade. Tornando-se necessário que o profissional contábil mantenha contato com os demais profissionais desta área a fim de tentar entender melhor a sistemática da atividade agrícola, e a partir disto prestar melhor auxílio ao produtor.

Sendo ainda indispensável que este possua conhecimento na área de contabilidade de custos, que apesar de apresentar algumas peculiaridades em relação a atividade rural, seus conceitos serão empregados na gestão da propriedade.

2 METODOLOGIA

A metodologia divide-se em categorização da pesquisa, geração de dados e análise e de interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A categorização da pesquisa utilizada no presente trabalho foi do tipo aplicado, pois buscou uma solução na teoria, a fim de eliminar a falta de controle dos gastos existente na propriedade em estudo. Uma pesquisa aplicada segundo Gil “[...] abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem.” (GIL, 2010, p.26).

Quanto à natureza de dados, a pesquisa foi do tipo qualitativo e quantitativo, pois houve o levantamento de dados na propriedade, interpretação e análise destes, buscando medir como estava indo o negocio. Sendo para isso realizado o levantamento dos gastos envolvendo a cultura em estudo. Uma pesquisa quantitativa segundo D'Angelo “[...] quantifica os dados para responder um questionamento, um problema de pesquisa.” Já a pesquisa qualitativa de acordo com D'Angelo “[...] explora informações mais subjetivas, levando em consideração as particularidades dos entrevistados em uma análise ampla e não mensurável ou quantificável.” (D'ANGELO, 2017).

Em relação aos objetivos o estudo classificou-se em Pesquisa Exploratória e Pesquisa Descritiva. Sendo classificado como exploratória, pois houve o levantamento de dados, a apuração, e a análise dos custos com a cultura, sendo

colocada em prática a teoria. E descritiva, pois permitiu verificar como é realizado o processo de plantio na propriedade, possibilitando descrevê-lo.

Quando aos procedimentos técnicos, em relação a conduta dos dados a pesquisa foi bibliográfica, sendo utilizados trabalhos e escritas de outros autores a fim de buscar embasamento teórico e sustentação ao estudo.

O estudo também classificou-se como documental, pois foram utilizados materiais já existentes, como anotações do produtor em agendas, notas fiscais e projetos. O mesmo foi realizado mediante um estudo de caso.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A geração de dados para o presente estudo se deu mediante utilização de documentação direta e documentação indireta, relacionadas a cultura de soja, as quais foram coletadas durante as visitas realizadas a propriedade no período do segundo semestre de 2017. A coleta dos dados foi realizada a partir de anotações feitas pelo produtor em cadernos, notas fiscais de compra de insumos (veneno, adubo, semente), notas fiscais de venda do produto (soja) e projetos elaborados pelo engenheiro agrônomo.

Também foram utilizados livros a fim de buscar maiores conhecimentos sobre o assunto abordado. Além disso, foram realizadas entrevistas despadronizadas durante as visitas a propriedade, a fim de entender melhor a sistemática desta, buscando desta forma compreender os procedimentos realizados durante o ciclo da cultura.

2.3 ANALISE E DE INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na análise e interpretação dos dados utilizou-se o método hipotético dedutivo, onde identificou-se o problema e buscou-se uma solução ao mesmo. Para tanto, após a realização da coleta dos dados na propriedade, os mesmos foram agrupados conforme suas características, para posterior análise.

Em posse das informações, foram elaboradas planilhas a fim de auxiliar no controle dos gastos com a cultura em estudo, visando identificar os resultados gerados no período abordado, sendo que para cada um dos gastos levantados elaborou-se uma planilha correspondente para cadastrá-los.

3 ANALISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados obtidos com o desenvolvimento do presente estudo, abordando-se a estrutura da propriedade, descrição da atividade, análise dos dados coletados e por fim sugestões de melhoria.

3.1 ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

A propriedade rural analisada encontra-se situada no interior do município de Tucunduva - RS. Sua principal fonte de renda provem da produção de grãos e da produção leiteira. As atividades na propriedade são realizadas por três pessoas, o Sr. Bruno Luiz Martinelli, sua esposa Sra. Margarida Martinelli e por uma de suas filhas.

Desde criança o proprietário Sr. Bruno Luiz Martinelli auxiliava nas atividades agrícolas da propriedade. Com o falecimento de seus pais herdou juntamente com seus irmãos, 52 hectares, dos quais, uma parte foi vendida a terceiros e outra adquirida por ele. Atualmente a propriedade é formada por 27.30 hectares, estando divididos em área permanente e área agricultável. Como pode ser visualizado na Ilustração 1.

Área Permanente – 9.8 hectares	
Descrição	Área (hectare)
Produção Leiteira – Grama Tifton	5
Potreiro	1
Moradia/Pomar	1.5
Área de preservação legal	2.3

Ilustração 1: Área Permanente

Fonte: Produção do pesquisador

Conforme exposto anteriormente na ilustração acima, da totalidade da área da propriedade, ou seja, dos 27.30 hectares, 9.8 hectares pertencem à área permanente, dividindo-se entre potreiro, grama tifton, moradia/pomar e área de preservação legal.

O restante da propriedade 17.5 hectares é formado pela área agricultável, a qual é utilizada para o plantio de culturas tanto de inverno e como de verão, sendo predominando a produção de soja. Durante o período de um ano, há alternância de

uma cultura para outra, respeitando a finalização do ciclo de cada uma, como pode ser visualizado na Ilustração a seguir.

Área Agricultável – 17.5 hectares		
Cultura	Área (hectare)	Período
Produção de Soja (Saфра)	15	Outubro/16 a Abril/17
Produção Leiteira – Pastagens	5	Mai/17 a Outubro/17
Produção Leiteira – Aveia (grão)	2	Junho/17 a Outubro/17
Produção de Trigo	8	Junho/17 a Outubro/17
Produção de Milho	2.5	Agosto/16 a Janeiro/17
Produção de Soja (Safrinha)	2.5	Janeiro/17 a Maio/17

Ilustração 2: Área Agricultável

Fonte: Produção do pesquisador

Conforme demonstrado, para produção de soja (saфра) são destinados 15 hectares. Após a colheita do produto, a mesma área é utilizada para a produção de trigo e produção leiteira (pastagens e aveia). O restante da área agricultável (2.5 hectares), inicialmente é utilizado para a produção de milho, onde após a colheita deste, destina-se a produção de soja (safrinha).

3.2 DESCRIÇÃO DA CULTURA

Na propriedade é utilizado o sistema de plantio direto, o qual proporciona maior proteção do solo contra efeitos do sol e da chuva, diminuindo ou até mesmo evitando a ocorrência de erosões. Neste sistema não há necessidade de arar a terra, facilitando em muito o trabalho do produtor.

O processo do plantio de soja envolve vários procedimentos, que vão desde o preparo do solo até a colheita do produto. O primeiro deles é o preparo do solo, o qual consiste na aplicação de dessecação, a fim de eliminar as ervas daninhas. Após este, dar-se início ao plantio, na sequência é realizado uma nova dessecação, eliminando as ervas daninhas ainda existentes.

Passado alguns meses da se início aos tratamentos, os quais consistem na aplicação de inseticidas e fungicidas. Os inseticidas tem por finalidade eliminar as pragas presentes nas plantas, como por exemplo, as lagartas, percevejos, ácaros dentre outros. Já os fungicidas servem para o controle da ferrugem. O último procedimento é o da colheita do produto.

O plantio de soja acontece em dois períodos distintos, conhecidos como saфра e safrinha. A saфра ocorre no período normal da cultura, já a safrinha fora deste,

tendo início após a colheita do milho. O ciclo da safra inicia-se no mês de outubro, com o preparo do solo. Após este, realiza-se o plantio, entre os meses de novembro e dezembro. No ano seguinte, dar-se início aos tratamentos, os quais ocorrem entre os meses de fevereiro e março, por fim é realizada a colheita, entre os meses de março e abril.

Quanto ao ciclo da safrinha, este inicia-se entre o fim do mês de janeiro e início de fevereiro, e finaliza-se no mês de maio. O preparo do solo acontece no mês de janeiro, o plantio, no mês de fevereiro. Já os tratamentos são realizados nos meses de fevereiro e março, e a colheita ocorre no mês de maio.

Os procedimentos citados anteriormente (preparo do solo, plantio e colheita) são realizados com maquinários próprios do produtor. Somente em casos emergenciais, é recorrido a maquinários de terceiros. Conforme pode ser visualizado na ilustração 3.

Maquinários / Construções			
Descrição	Ano		Valor (R\$)
Trator MF 75	1986	R\$	30.000,00
Semeadeira KF	2014	R\$	37.000,00
Pulverizador Jacto	2002	R\$	20.000,00
Aredo	2000	R\$	1.500,00
Pé de Pato	2000	R\$	1.000,00
Caminhão Chevrolet	1975	R\$	20.000,00
Carretão	-	R\$	2.000,00
Ceifa MF 6845	1996	R\$	80.000,00
Valor Total			R\$ 191.500,00
Construção			
Descrição	Ano		Valor (R\$)
Galpão de Maquinários	2005	R\$	15.000,00
Galpão de Insumo	2010	R\$	6.000,00
Valor Total			R\$ 21.000,00

Ilustração 3: Maquinários e Instalações

Fonte: Produção do pesquisador

Na propriedade existem dois galpões de madeira, um destinado para guarda dos maquinários e outro destinado para a guarda de insumos da produção (sementes, adubos e químicos), avaliados respectivamente em R\$15.000,00 e R\$6.000,00.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente cabe destacar, que os dados coletados por meio dos

documentos e entrevistas com o proprietário, foram tabulados em uma planilha eletrônica, podendo esta ser utilizada pelo produtor na gestão de sua propriedade, possibilitando relacionar todos os gastos incorridos na produção de soja (safra e safrinha), desde plantio até a colheita do produto.

Os gastos levantados foram sendo agrupados de acordo com suas características, destacando-se dentre eles, gastos relacionados com a semente, adubo, veneno, combustível, pró-labore, depreciação dos maquinários e instalações, manutenção dos maquinários e despesas bancárias. Os mesmos eram registrados pelo produtor através de anotações e guarda de documentos (notas fiscais, cupons fiscais, recibos).

Dentre os gastos citados, alguns deles foram abordados de forma diferenciada, por estarem ligados a outras atividades dentro da propriedade, sendo eles, o pró-labore e a depreciação. Os mesmos foram alocados de acordo com a proporcionalidade do tempo destinado a atividade de soja.

No caso da depreciação, para chegar-se ao valor correspondente à atividade, inicialmente estimou-se a quantidade total de horas da utilização do maquinário no período, após isto estimou-se a quantidade de horas destinadas a atividade de soja. O mesmo ocorreu em relação às instalações da propriedade. Para facilitar o cálculo as horas foram convertidas em porcentagem, como pode ser visualizado na ilustração 4.

Depreciação						
Maquinário	Valor Atual (R\$)	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (R\$)	Depreciação Mensal (R\$)	Depreciação Total Atividade - Soja (R\$)	
Trator MF 75	R\$ 30.000,00	10	R\$ 10.000,00	R\$ 166,67	R\$ 900,00	
Semeadeira KF	R\$ 37.000,00	15	R\$ 8.000,00	R\$ 161,11	R\$ 1.450,00	
Pulverizador Jacto	R\$ 20.000,00	15	R\$ 6.000,00	R\$ 77,78	R\$ 466,67	
Arado	R\$ 1.500,00	10	R\$ 200,00	R\$ 10,83	R\$ 84,50	
Pé de Pato	R\$ 1.000,00	10	R\$ 100,00	R\$ 7,50	R\$ 31,50	
Caminhão Chevrolet	R\$ 20.000,00	5	R\$ 10.000,00	R\$ 166,67	R\$ 400,00	
Carretão	R\$ 2.000,00	15	R\$ 1.000,00	R\$ 5,56	R\$ 16,67	
Ceifa MF 6845	R\$ 80.000,00	10	R\$ 30.000,00	R\$ 416,67	R\$ 2.500,00	
Valor Total Depreciação (R\$)					R\$	5.849,33
Construção	Valor Atual (R\$)	Vida Útil (Anos)	Valor Residual (R\$)	Depreciação Mensal (R\$)	Depreciação Total Atividade - Soja (R\$)	
Galpão de Maquinários	R\$ 15.000,00	20	R\$ 5.000,00	R\$ 41,67	R\$ 250,00	
Galpão de Insumo	R\$ 6.000,00	20	R\$ 2.000,00	R\$ 16,67	R\$ 20,00	
Valor Total Depreciação (R\$)					R\$	270,00
Valor Total Depreciação (R\$)					R\$	6.119,33

Ilustração 4: Depreciação dos Maquinários e Instalações
Fonte: Produção do pesquisador

A depreciação dos maquinários e instalações do período analisado foi de R\$6.119,33. Os maquinários com maior representatividade foram a Semeadeira KF

e a Ceifa MF 6845, os quais totalizaram respectivamente no período R\$ 1.450,00 e R\$ 2.500,00. O motivo para isso foi o fato destes serem utilizados em sua maior proporcionalidade a atividade de soja.

Para chegar-se ao valor do hectare, nos casos da depreciação, pró-labore, combustível e manutenção, foi necessário inicialmente apurar o gasto total no período, o mesmo foi dividido pela área da safra (15 hectares) e safrinha (2.5 hectares) e multiplicado pela totalidade de hectares destinados ao cultivo da soja (17.5 hectares). Por fim, dividiu-se a soma total dos gastos correspondente a cada área (safra e safrinha) pela quantidade total de hectares de cada uma, chegando-se desta maneira ao valor médio por hectare.

No período da safra, foram plantadas três variedades diferentes de soja (FPS Solar IPRO P1 TSI, Dmario 7.1 (BMX MAGNA RR) e TMG7062 IPRO P2 TSI STIN) e realizados dois tratamentos. Já na safrinha plantou-se apenas uma variedade (TMG 7262 RR Inox) e realizou-se três tratamentos. Em relação ao adubo, na safra utilizou-se o Adubo Manah 02.23.23 e na safrinha o Adubo Minorgan 02.10.10. Quanto aos demais gastos, em ambos os períodos foram os mesmos, sendo divididos proporcionalmente a área correspondente a cada um.

Em relação aos gastos apurados, destaca-se que para o cálculo do pró-labore utilizou-se como base o valor de 2 salários mínimos, ou seja, R\$1.854,00, sendo o mesmo objeto de rateio, devido ao produtor não destinar todo seu tempo a atividade de produção de soja, ou seja, destina apenas 30% de seu tempo a esta.

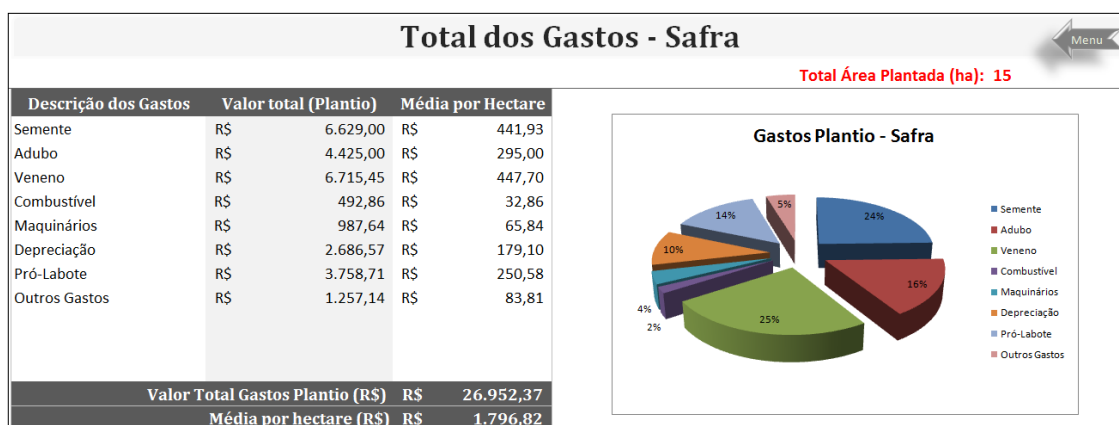


Ilustração 5: Total dos Gastos Plantio - Safra

Fonte: Produção do pesquisador

Conforme exposto acima, com o plantio do período da safra 2016/17 (15 hectares) apurou-se um gasto total de R\$26.952,37, estando divididos entre

semente (R\$6.629,00), adubo (R\$4.425,00), veneno (R\$6.715,45), combustível (R\$492,86), manutenção de maquinários (R\$987,64), depreciação (R\$2.686,57), pró-labore (R\$3.758,71) e outros gastos (R\$1.257,14), chegando-se a um gasto médio por hectare de R\$1.796,82.

De acordo com o exposto, os gastos de maior expressão no plantio, foram os com a semente e o veneno, representando juntos 49% do gasto total. Já os gastos de menor expressão foram os de combustível e manutenção de maquinários, os quais representaram juntos 6% do gasto total.

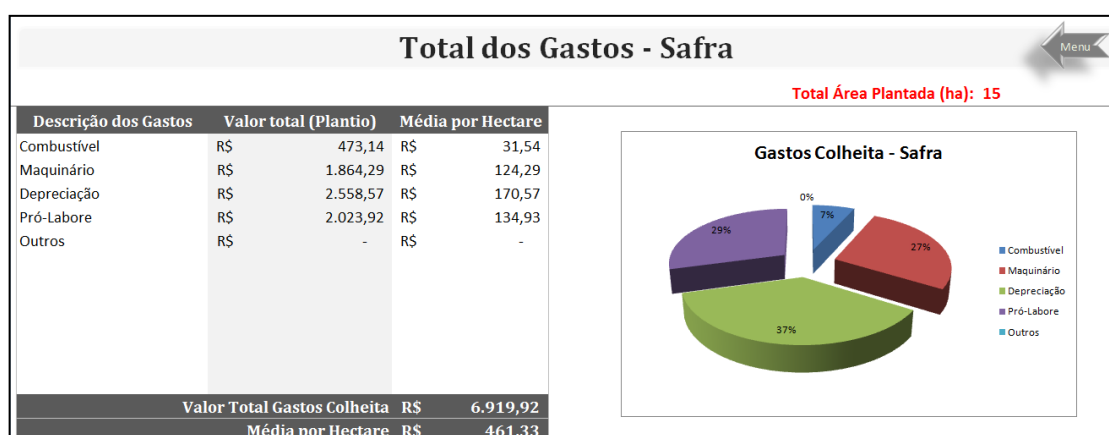


Ilustração 6: Total dos Gastos Colheita - Safra

Fonte: Produção do pesquisador

Conforme a Ilustração acima com a colheita da safra 2016/17, apurou-se um gasto total de R\$ 6.919,92, estando divididos em combustível (R\$473,14), manutenção de maquinário (R\$1.864,29), depreciação dos maquinários e construções (R\$2.558,57) e pró-labore (R\$2.023,92), resultando em um gasto médio por hectare de R\$461,33.

Após a apuração individual dos gastos tanto com o plantio e a colheita, ambos foram somados, encontrando desta maneira o gasto total no desempenho da atividade de produção de soja no período compreendido pela safra, após isso dividiu-se o valor total pela quantidade de área utilizada no período a fim de encontrar o custo médio respectivamente para cada hectare.

Por fim buscou-se identificar qual a quantidade de sacos que seriam necessários para produzir cada hectare, onde para encontrar o valor dividiu-se o valor do custo médio por hectare, pelo resultado da divisão entre a receita gerada e a quantidade colhida no período, chegando-se desta forma na quantidade de sacos necessários por hectare, conforme está disposto na ilustração a seguir.

Relação da Produção - Safra		
Total Área Plantada (ha): 15		
Custo Total da Produção (R\$)	R\$	33.872,29
Custo Total Plantio (R\$)	R\$	26.952,37
Custo Total Colheita (R\$)	R\$	6.919,92
Produção por hectare (SC)		930,00
Custo Médio por Hectare (R\$)	R\$	2.258,15
Custo Médio por Hectare (SC)		38,71

Ilustração 7: Relação dos gastos - Safra

Fonte: Produção do pesquisador

Os gastos com o plantio, manutenção e colheita dos 15 hectares no período da safra, totalizaram o equivalente de R\$33.872,29, representando um gasto médio no período por hectare de R\$2.258,15, ou seja, um gasto médio por hectare de 38,71 sacos.

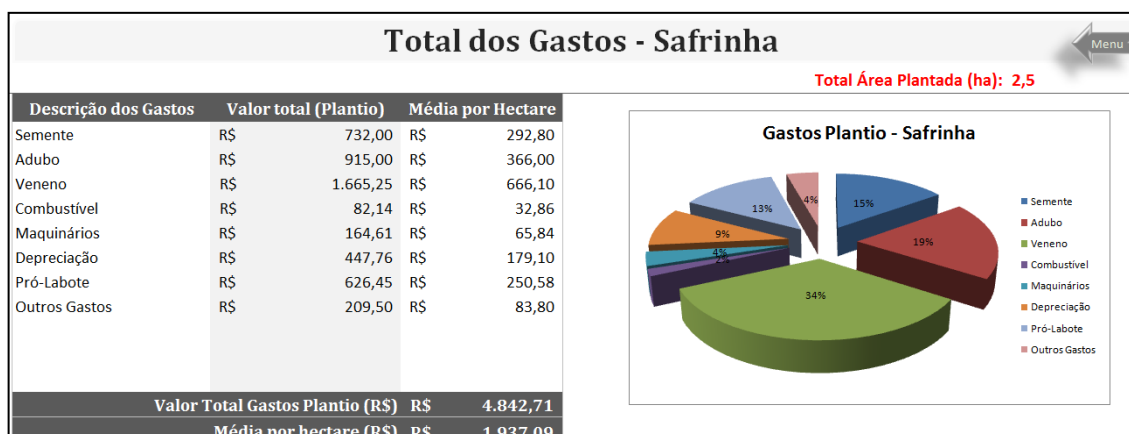


Ilustração 8: Total dos Gastos Plantio - Safrinha

Fonte: Produção do pesquisador

Conforme Ilustração acima com o plantio da safrinha (2.5 hectares) apurou-se um gasto total de R\$4.842,71, estando divididos entre semente (R\$732,00), adubo (R\$915,00), combustível (R\$82,14), maquinários (R\$164,61), depreciação (R\$447,76), pró-labore (R\$626,45) e outros gastos (R\$209,50), representando um gasto médio por hectare de R\$1.937,09.

Dentre os diversos gastos envolvidos no processo do plantio, o de maior relevância foi o gasto com o veneno, que representou 34% do valor total. Esse fato se deu, devido à necessidade da realização de mais um tratamento durante o período.

Na colheita do período da safrinha apurou-se um gasto total de R\$1.153,32,

divididos entre combustível (R\$78,86), manutenção de maquinários (R\$310,71), depreciação (R\$426,43) e pró-labore (R\$337,32), o que representou um gasto médio por hectare de R\$461,33. Conforme disposto na Ilustração 9.

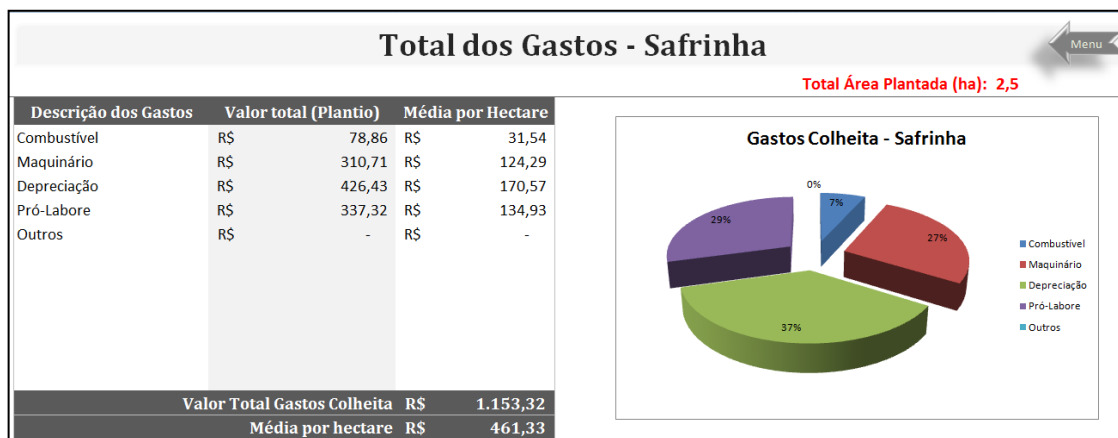


Ilustração 9: Total dos Gastos Colheita - Safrinha

Fonte: Produção do pesquisador

Da mesma forma que ocorreu no período da safra, no período da safrinha após apurados os gastos separadamente com o plantio e a colheita, ambos foram somados, a fim de chegar-se ao gasto total da produção, conforme pode ser visualizado na ilustração 10.

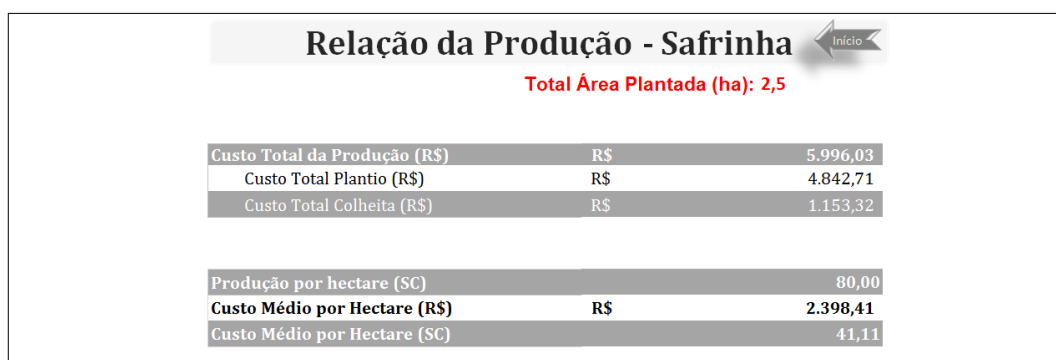


Ilustração 10: Relação dos gastos - Safrinha

Fonte: Produção do pesquisador

Os gastos com o plantio, manutenção e colheita dos 2.5 hectares no período da safrinha, totalizaram o equivalente de R\$5.996,03, representando um gasto médio no período por hectare de R\$2.398,41, ou seja, um gasto médio por hectare de 41,11 sacos.

Ao comparar os dois períodos estudados safra e safrinha, nota-se um custo superior no período compreendido pela safrinha, o qual tem um custo por hectare de

R\$140,26 a mais, ou seja, o equivalente de 6,21%, conforme exposto na Ilustração a seguir.

Custo de Produção - Safra X Safrinha				
Total Área Plantada (ha): 17,5				
Gastos	Safra - 15 hectares		Safrinha - 2,5 hectares	
Semente	R\$	6.629,00	R\$	732,00
Adubo	R\$	4.425,00	R\$	915,00
Veneno	R\$	6.715,45	R\$	1.665,25
Combustível	R\$	966,00	R\$	161,00
Maquinário	R\$	2.851,93	R\$	475,32
Depreciação	R\$	5.245,14	R\$	874,19
Pró-Labore	R\$	5.782,63	R\$	963,77
Outros	R\$	1.257,14	R\$	209,50
Custo Total da Produção R\$	R\$	33.872,29	R\$	5.996,03
Custo Médio por Hectare R\$	R\$	2.258,15	R\$	2.398,41

Ilustração 11: Custo de Produção – Safra X Safrinha
Fonte: Produção do pesquisador

No período analisado da safra foram colhidos 930 sacos de soja, representando uma média por hectare de 62 sacos. Já na safrinha foram colhidos 80 sacos, o que representou uma média de 32 sacos por hectare, totalizando entre safra e safrinha 1.010 sacos de soja. A venda foi sendo realizada conforme houve necessidade, o que explica os diferentes preços recebidos por saco, conforme disposto na Ilustração 12.

Receita				
Total Área Plantada (ha): 17,5				
Data - Venda	Quantidade (SC)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
27/03/2017	200	R\$ 63,00	R\$	12.600,00
10/04/2017	300	R\$ 59,00	R\$	17.700,00
22/05/2017	100	R\$ 56,00	R\$	5.600,00
25/08/2017	350	R\$ 56,00	R\$	19.600,00
20/10/2017	60	R\$ 57,00	R\$	3.420,00
			R\$	-
Valor Total Receita			R\$	58.920,00

Ilustração 12: Receita
Fonte: Produção do pesquisador

A venda de soja do período analisado gerou uma receita bruta de R\$58.920,00. Descontando o Funrural, chega-se a uma Receita Líquida de

R\$57.564,84. Ao descontar os custos e despesas fixas e variáveis no valor de R\$39.868,32, chega-se ao lucro líquido do período de R\$17.696,52. Conforme exposto na Ilustração a seguir.

Demonstrativo do Resultado do Exercício		
		Total Área (ha): 17,5
(+) RECEITA BRUTA	R\$	58.920,00
Funrural 2,3%	R\$	1.355,16
(=) RECEITA LÍQUIDA	R\$	57.564,84
(-) Custos e despesas variáveis	R\$	27.002,59
Semente	R\$	7.361,00
Adubo	R\$	5.340,00
Veneno	R\$	8.380,70
Combustíveis	R\$	1.127,00
Maquinário	R\$	3.327,25
Outros	R\$	1.466,64
(-) Custos e despesas fixas	R\$	12.865,73
Depreciação	R\$	6.119,33
Pró-labore	R\$	6.746,40
(=) LUCRO/PREJUÍZO	R\$	17.696,52

Ilustração 13: Demonstrativo do Resultado do Exercício

Fonte: Produção do pesquisador

A receita líquida representou 97,70% da receita bruta. Os custos e despesas variáveis representaram 45,82%. Os custos e despesas fixas representaram 21,83%. Juntos os custos e despesas representam 67,65% da Receita Bruta. Já o Lucro Líquido do período representou 30,03% da Receita Bruta.

O resultado do período foi positivo, apesar disso inferior ao esperado pelo produtor, o qual esperava ter um retorno de 50% sobre a receita. Um fator que contribuiu para este resultado foi o prejuízo gerado pela safrinha, na qual o custo por hectare foi de 41,11 sacos e a média colhida por hectare foi de 32 sacos, o que representou um prejuízo de 9,11 sacos por hectare.

4 SUGESTÕES DE MELHORIA

Ao longo do desenvolvimento do estudo e com base nos dados levantados, verificou-se alguns pontos a serem observados e melhorados quanto a forma que vem sendo realizada a gestão de gastos na propriedade, visando obter melhores resultados com a atividade analisada.

Um ponto observado foi quanto aos gastos levados em consideração pelo produtor para se chegar ao custo médio por hectare, havendo um equívoco no valor

encontrado, o qual é inferior ao valor real. Este fato se deu, por este não considerar o valor da mão de obra e nem da depreciação dos maquinários e instalações da propriedade. Sendo a depreciação um fator primordial para o sucesso do negócio, pois dita o valor a ser reservado para reposição do maquinário.

Diante ao exposto, a planilha eletrônica desenvolvida torna-se uma boa oportunidade para o produtor melhor controlar os gastos relativos à cultura de soja (safra e safrinha). A planilha em questão é simples, dinâmica e de fácil preenchimento, pois contém todos os gastos relacionados ao plantio e a colheita. Possibilitando desta forma, uma maior precisão do real lucro obtido no desempenho da atividade.

Além da utilização da planilha, sugere-se também, que nos próximos anos, seja realizado um mapeamento abrangendo as demais atividades desenvolvidas dentro da propriedade, buscando visualizar qual a atividade está gerando melhor rentabilidade. E a partir dos resultados obtidos, fazer remanejamentos caso haja necessidade.

Com relação aos resultados obtidos, um ponto a ser repensado e modificado pelo produtor é quanto ao plantio de soja no período compreendido pela safrinha. Pois conforme apurado, gerou prejuízo. Uma solução para isto é sua substituição por outra cultura como, por exemplo, a troca pela cultura do milho.

CONCLUSÃO

Buscou-se através deste estudo, realizar um levantamento dos gastos incorridos com a produção de soja, a fim, de conhecer os resultados gerados por esta atividade, visto que em muitos casos o produtor tem apenas uma ideia do resultado gerado, desconsiderando o controle de seus gastos, sendo o conhecimento dos mesmos fundamental para a continuidade da atividade.

Para tanto, realizou-se a coleta dos dados da cultura de soja (safra e safrinha), o qual se deu por meio de conversas com o produtor e pesquisas em documentos fornecidos por este. Em propriedade dos dados coletados, desenvolveu-se um modelo de controle dos gastos da atividade, buscando-se auxílio ao produtor quando necessário, por este ser conhecedor da sistemática da atividade.

Por meio da planilha desenvolvida apurou-se um gasto total com a safra (15

hectares) no valor de R\$33.872,29, gerando um custo médio por hectare de R\$2.258,15. No período da safrinha (2.5 hectares) apurou-se um gasto total no valor de R\$5.996,03, representando um custo médio por hectare de R\$2.398,41. Quanto a colheita, apurou-se um total 1.010 sacos, onde a média por hectare da safra foi de 62 sacos, e da safrinha 32 sacos.

A receita total bruta do período foi de R\$58.920,00, e resultado líquido deste foi de R\$17.696,52, representando 30,03% da receita bruta, contribuindo para este resultado os custos variáveis, os quais representaram 45,82% da receita bruta.

Diante destas informações constatou-se que o período compreendido pela safrinha gerou prejuízo, onde a média colhida por hectare foi de 32 sacos, e custo médio por hectare foi de 41,11 sacos.

Em vista do resultado negativo, reforça-se a ideia da importância da realização da gestão de gastos, a qual possibilita visualizar de forma detalhada, os investimentos feitos, e os retornos gerados a partir destes. Onde ao identificar, retornos negativos, faz-se as devidas correções, evitando que o resultado final seja prejudicado.

Como sugestões de pesquisas futuras, recomenda-se fazer o mapeamento das demais atividades desenvolvidas dentro da propriedade, visando desenvolver um modelo de controle dos gastos para cada uma, a fim de verificar os retornos gerados por estas.

Este trabalho foi de grande valia, pois proporcionou a acadêmica colocar em prática a teoria e a ampliar os seus conhecimentos nas áreas de contabilidade de custos e contabilidade agrícola. Já para o produtor possibilitará fazer uma melhor gestão em sua propriedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

BADO, Cleber; MILANI, Gilberto Elói. **Contabilidade**. Curitiba: Iesde Brasil S.A, 2008.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e Análise de Custos**. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. **Gestão de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preço e lucros**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BUSCH, Cleber Marcel; RODRIGUES, Aldenir Ortiz. **Contabilidade Rural**. 3.ed. São Paulo: IOB, 2015.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade de custos**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

D'ANGELO, Pedro. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: qual a diferença?**. Disponível em: <blog.opinionbox.com/pesquisa-quantitativa-e-pesquisa-qualitativa-qual-a-diferenca>. Acesso em: 28 mai.2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade: teoria e prática básicas**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural**. 5.ed.rev.Brasília:INSS/SENAR, 2007.

_____. **INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1700**, de 14 de março de 2017. Dispõe sobre a determinação e o pagamento do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas e disciplina o tratamento tributário da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins no que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Disponível em:<<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=81268#1706802>>. Acesso em: 16 mai.2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo:Pearson Education do Brasil, 2012.

PORTAL DO BRASIL. **ONU reforça a importância da agricultura familiar**. Disponível em: <www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/10/onu-reforca-a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 16 mai.2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antonio Lopes de. **Princípios Fundamentais de Contabilidade**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, REALDO DE OLIVEIRA. **A análise de custo/volume/lucro como ferramenta gerencial para tomada de decisão: um estudo de caso em uma**

indústria química do sul de Santa Catarina. Disponível em: <www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00004C/00004CE3.pdf>. Santa Catarina: UNESC, 2010. Acesso em: 22 mai.2017.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade Geral**: introdução a contabilidade Societária. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. **Contabilidade de Custos**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

WERNKE, Rodney. **Gestão de Custos**: uma abordagem prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.